

# Economia País moderno ou modernoso?

18 MAR 1997

Inflação mensal próxima de zero, bolsa de valores em alta, mais investimentos, classes C e D incorporam-se ao consumo — parece que nascemos mesmo no país certo, aquele em que, "em se plantando, tudo dá", como escreveu Pero Vaz de Caminha, o escrivão de Cabral, em 1500.

Em São Paulo, perto da Estação São Bento do metrô, três operários pintaram um prédio público em quatro dias. Outra turma de trabalhadores asfaltou uma rua em três dias e uma terceira construiu uma vala de concreto em apenas oito horas.

Esse é o novo ritmo de um país que cresce, onde as classes de menor renda já vão a supermercados, e não ao armazém da esquina, e alguns até pagam suas despesas com cartão de crédito. Em 1996, sete dos dez shoppings inaugurados no Rio de Janeiro voltaram-se para consumidores das classes C e D, também beneficiadas pelo "efeito farol" do aumento do salário mínimo, em setembro de 1994 e em maio de 1995, informa a consultoria Macrométrica.

Segundo o estudo *Reajuste do Salário Mínimo e Mudanças na Distribuição de Renda*, do boletim de fevereiro daquela consultoria, 60% da queda dos índices de pobreza na estabilização ocorreu logo após os dois meses seguintes ao reajuste do salário mínimo. Claro que o fim da indexação de preços, a manutenção da estabilidade e melhores reajustes do salário mínimo aumentaram o poder de compra desses assalariados.

No primeiro ano do atual governo,



**Em grande parte, a decisão sobre o que queremos ser está nas mãos do Estado**

o salário mínimo — hoje de R\$ 112,00 — teve aumento real de 32%; no segundo ano, 12%; em maio, deve subir mais que a inflação acumulada de maio de 1996 (último reajuste) a abril. Ainda é pouco, muito pouco, mas sob o ângulo da variação, nos últimos três anos, o salário cresceu 40% em termos reais, melhorando toda a economia.

E quem é a classe média? — questionam economistas, estatísticos e pesquisadores, sem avançar em análises

mais profundas sobre os 45 milhões de brasileiros, teoricamente, nesse segmento. Após recente pesquisa sobre seu tamanho feita por várias instituições, a Ordem dos Economistas definiu classe média como quem ganha entre R\$ 1.100 e R\$ 1.400 mensais, enquanto o Seade entende que é quem tem casa própria.

Na pesquisa, para a maioria das

universidades e agências de publicidade de São Paulo consultadas, classe média pode ser definida pelo número de itens ou produtos que consome. O IBGE ficou fora da discussão — na verdade, ela não tem muito sentido. Os números positivos do Plano Real mostram que, diariamente, milhares de pessoas sobem de uma categoria inferior de consumidores para uma faixa acima.

Assegurados a estabilidade da economia e o crescimento sustentado, o valor do salário mínimo crescerá mais e mais rapidamente. Com a estabilização, nada menos que 12 milhões de brasileiros das classes C e D, antes excluídos do consumo, entraram no mercado e, hoje, influem na economia.

Então, o que falta fazer?

Falta o mais importante: escolher se queremos um país moderno e contemporâneo, competitivo em nível mundial, capaz de criar empregos, ou se queremos ser apenas modernosos.

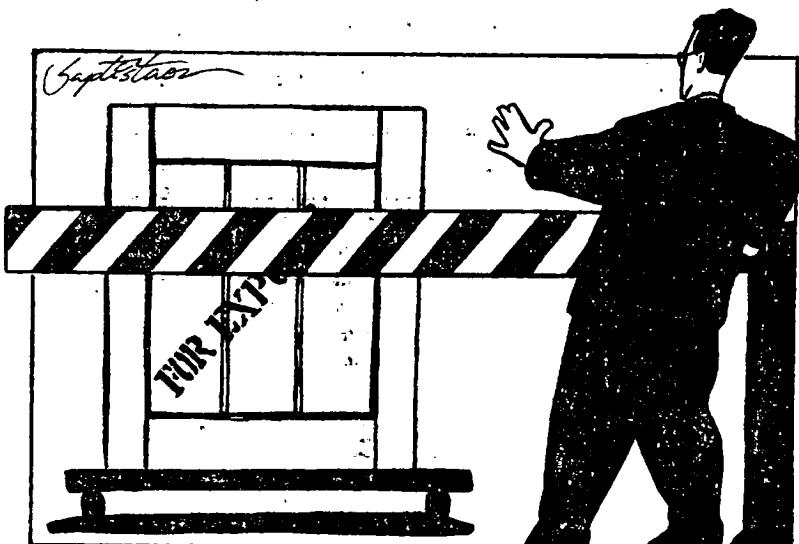
Que limites o governo traçou para o plano de estabilização? Que filosofia as empresas em crescimento

precisarão seguir nesta fase pós-estabilização? Que política os bancos particulares e oficiais, seguirão para financiar a pequena e a média empresas? Que consequências trarão para o parque industrial, o Mercosul e a economia as pressões contra nosso regime automotivo?

Um exemplo: as compras de roupas importadas deverão somar US\$ 1 bilhão em 1997, calculam as empresas do setor têxtil, que preveem verdadeira invasão de lojas por confecções estrangeiras, já no próximo mês. Enquanto isso, os Estados Unidos investirão este ano mais de US\$ 2,3 bilhões para promover e financiar as exportações de suas empresas no mercado mundial, para ampliar seus espaços (Estado, 23/2/97).

Em grande parte, a decisão sobre o que queremos ser está nas mãos do Estado brasileiro — a correção e revisão da política industrial. Decisão a ser tomada já, até mesmo como desafio inadiável, quaisquer que sejam as pressões. Sem isso nos arriscaremos a basear o processo de crescimento econômico no desperdício de empregos, de renda e riqueza, concentrando-o no supérfluo ou no marginal das importações.

Já não é hora de uma reflexão mais séria sobre uma abertura comercial que permite competição desigual e desregrada em alguns setores, enquanto o desemprego, o analfabetismo e a mortalidade infantil ainda flagelam a Nação? Não estaremos indo a uma velocidade alucinante, enquanto desperdiçamos preciosas oportunidades de modernização? Quanto tempo o governo precisaria para fazer aprovar as reformas estruturais?



■ Miguel Jorge, jornalista, é vice-presidente de Recursos Humanos e Assuntos Corporativos da Volkswagen do Brasil